

À GUISA DE EXPLICAÇÃO À 1. ^a EDIÇÃO	5
1. CRÉDITO BANCÁRIO	
1.1 Atividade creditícia dos bancos	15
1.2 Operações bancárias	16
1.3 Contratos de crédito bancário	18
1.4 Natureza dos contratos de crédito bancário	20
1.5 Contratos bancários e o Código de Defesa do Consumidor ..	24
2. DEPÓSITO BANCÁRIO	
2.1 Colocações conceituais	28
2.2 Principais tipos de depósito	30
2.3 Depósito e conta corrente	31
2.4 Natureza do depósito bancário	32
2.5 O tratamento jurídico dado ao depósito bancário	34
3. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO	
3.1 Conceito	36
3.2 Características do contrato	39
3.3 Objeto do contrato	42
3.4 Modalidades de empréstimos	47
3.5 Obrigações do mutuário	48
3.6 Vencimento do contrato	49
3.7 Forma do contrato	50
3.8 Pagamento da dívida antes do vencimento do prazo	51
4. ABERTURA DE CRÉDITO	
4.1 Conceito	52
4.2 Natureza do contrato	54

4.3	Forma de utilização do crédito	55
4.4	Execução da abertura de crédito	56
4.5	Características do contrato	57
4.6	Extinção do contrato	58
4.7	A cobrança de dívida resultante do inadimplemento	60
4.8	A prestação de contas relativamente aos lançamentos contábeis	63
4.9	A repetição de quantias pagas a mais	65
 5. CONTA CORRENTE BANCÁRIA		
5.1	Conceito	69
5.2	Importância prática	73
5.3	Natureza do contrato	75
5.4	Características	76
5.5	Formas de contas correntes	76
5.6	Compensações	78
5.7	Extinção do contrato	79
5.8	Cobrança judicial do saldo negativo	79
 6. DESCONTO BANCÁRIO		
6.1	Conceito	81
6.2	Processamento do desconto	83
6.3	Créditos objeto de desconto	84
6.4	Natureza jurídica	85
6.5	Características	87
6.6	Inadimplência do devedor dos títulos perante o banco	88
6.7	Efeitos do contrato e obrigações das partes	91
6.8	Extinção do contrato	93
6.9	Redesconto	93
 7. ANTECIPAÇÃO BANCÁRIA		
7.1	Caracterização	95
7.2	Formas de garantias	97
7.3	Obrigações dos contratantes	99
7.4	Extinção do contrato	99

8. CRÉDITO DOCUMENTADO OU DOCUMENTÁRIO

8.1 Conceito	100
8.2 Natureza jurídica	103
8.3 Partes do contrato	105
8.4 Fases na realização do contrato	106
8.5 Espécies de crédito documentado	107
8.6 Relações entre as partes contratantes	109
a) Relações entre o ordenante, ou comprador, e o banco emissor	110
b) Relações entre o banco emissor e o beneficiário ou vendedor	112
c) Relações entre o comprador e o vendedor	114
8.7 Extinção das obrigações	115

9. CRÉDITO HABITACIONAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO

9.1 Contrato de financiamento da casa própria	117
9.2 Finalidades que inspiraram a legislação sobre o financiamento da casa própria	120
9.3 Sinopse da evolução das fórmulas de reajustamento das pres- tações	123
a) Correção monetária facultativa	123
b) Obrigatoriedade da correção monetária	123
c) Reajustamento segundo o Plano de Equivalência Salarial .	125
d) Reajustamento de acordo com a Unidade Padrão de Capital	125
e) Reajustamento pelos índices das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional	126
f) Fator de reajuste pela categoria profissional	127
g) Critérios vigentes nos reajustes das prestações	130
9.4 Adequação das prestações à renda salarial	136
9.5 Planos de pagamento nos financiamentos da casa própria	142
9.6 Transferência de imóvel financiado pelo Sistema Financeiro da Habituação e refinanciamento do saldo devedor	146
9.7 Liquidação antecipada da dívida hipotecária	156

9.8	Participação da Caixa Econômica Federal, sucessora do Banco Nacional da Habitação, nos feitos judiciais promovidos por mutuários	161
9.9	Cédula hipotecária habitacional	168
9.10	Execução extrajudicial da dívida hipotecária	170
9.11	Execução judicial da dívida hipotecária	180
	a) Execução judicial com o rito da Lei 5.741	180
	b) Execução judicial com o rito do Código de Processo Civil ..	187
10.	CRÉDITO IMOBILIÁRIO – SISTEMA FINANCEIRO IMOBILIÁRIO	
10.1	Novo conceito de concessão de crédito no setor imobiliário	188
10.2	Entidades financiadoras e companhias securitizadoras	190
10.3	Modalidades de financiamentos e forma dos contratos	192
10.4	Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI.....	194
10.5	Regime fiduciário dos direitos creditórios	195
10.6	Garantias no financiamento imobiliário. Alienação fiduciária ...	198
10.7	Execução extrajudicial da dívida	201
11.	CRÉDITO RURAL	
11.1	Objetivos	204
11.2	Órgãos financeiros que concedem o crédito rural	206
11.3	Destinatários do crédito rural	206
11.4	Requisitos para a concessão do crédito rural	207
11.5	Condições impostas ao financiado	208
11.6	Tratamento privilegiado concedido pela legislação agrária ao crédito rural	209
11.7	Títulos de crédito rural	217
11.8	Cédulas de crédito rural	219
	11.8.1 Características	219
	11.8.2 Registro imobiliário das cédulas rurais	220
	11.8.3 Cobrança judicial das cédulas de crédito rural	220
	11.8.4 A impossibilidade de penhora, sequestro e arresto em bens objeto da cédula de crédito rural	224
	11.8.5 Perda dos privilégios especiais na transmissão ou transferência dos títulos de crédito rural	225

11.8.6 Vencimento antecipado da cédula rural	227
11.8.7 Cédula rural pignoratícia	227
11.8.7.1 Conceituação	227
11.8.7.2 Finalidade	228
11.8.7.3 Constituição	229
11.8.7.4 Prazo de duração e bens objeto da cédula ..	230
11.8.7.5 A posse dos bens	231
11.8.7.6 Alienação dos bens	234
11.8.8 Cédula rural hipotecária	234
11.8.8.1 Caracterização	234
11.8.8.2 Objeto da cédula rural hipotecária	236
11.8.8.3 Direitos resultantes da cédula rural hipotecária	236
11.8.8.4 Requisitos do contrato	238
11.8.8.5 Incidência de várias hipotecas sobre o mesmo bem	239
11.8.9 Cédula rural pignoratícia e hipotecária	240
11.9 Nota promissória rural	241
11.10 Duplicata rural	245
11.11 Nota de crédito rural	248
11.12 Cédula de produto rural – CPR	249
11.13 Securitização e alongamento de dívidas originárias de crédito rural	253
11.13.1 Equalização dos encargos financeiros	254
11.13.2 A securitização e o alongamento das dívidas	257
11.13.2.1 Dívidas de até R\$ 200.000,00 incluídas no alongamento	258
11.13.2.2 As demais dívidas objeto de alongamento e securitização	261
11.13.2.3 Prazos no alongamento para dívidas até R\$ 200.000.00	271
11.13.2.4 Benefícios oferecidos pela securitização ...	271
11.13.2.5 Aferição do montante da dívida	275
11.13.2.6 O momento da aferição do valor para efeito da securitização	276

11.13.2.7	Garantia da obrigação decorrente do alongamento da dívida	279
11.13.2.8	Alongamento da parcela decorrente do diferencial de índice de correção monetária verificado em março de 1990	280
11.13.2.9	Reajuste pela equivalência ao preço do produto	281
11.13.2.10	Pagamento do débito em moeda corrente ou em produto	282
11.13.2.11	Securitização – direito ou faculdade	282
11.14	Renegociação de dívidas agrárias	285

12. CRÉDITO INDUSTRIAL

12.1	Caracterização	288
12.2	Requisitos da cédula industrial	290
12.3	Obrigações das partes	291
12.4	Posse dos bens vinculados à cédula	291
12.5	Garantias acessórias nas cédulas	292
12.6	Bens objeto do penhor industrial cedular	293
12.7	Bens objeto da hipoteca industrial cedular	295
12.8	Registro da cédula industrial	296
12.9	Vencimento antecipado da dívida	296
12.10	Incidência de multa em caso de cobrança judicial da dívida ...	296
12.11	Cobrança judicial da dívida garantida pela cédula	297
12.12	Transferência da cédula	298
12.13	Ordem de preferência na excussão dos bens que garantem a cédula de crédito industrial	299
12.14	Impenhorabilidade dos bens submetidos à cédula de crédito e excussão dos bens que garantem mais de uma cédula de crédito	301
12.15	Causas de extinção da cédula	302
12.16	Nota de crédito industrial	303

13. CRÉDITO COMERCIAL

13.1	Caracterização	305
13.2	Elementos dos títulos de crédito comercial	306
13.3	Regras especiais aplicáveis	308

14. CRÉDITO À EXPORTAÇÃO

14.1 Finalidades	309
14.2 Tratamento legal do crédito	310

15. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO

15.1 Caracterização da Cédula de Crédito Bancário	311
15.2 A Cédula de Crédito Bancário e os contratos de abertura de crédito	313
15.3 Pressupostos e requisitos da cédula	314
15.4 As espécies de cédulas e seus elementos constitutivos	319
15.5 Alienação fiduciária dos bens	323
15.6 Circulação da Cédula de Crédito Bancário	323
15.7 A emissão da Cédula de Crédito Bancário em favor de instituição domiciliada no exterior	325
15.8 A faculdade do protesto	327
15.9 Certificados de Cédulas de Crédito Bancário	328

16. EMPRÉSTIMOS EXTERNOS E REPASSE EM MOEDA ESTRANGEIRA

16.1 Caracterização do empréstimo externo	330
16.2 Paridade monetária e variação cambial	331
16.3 Paridade cambial e correção monetária	332

17. GARANTIAS PESSOAIS NOS CONTRATOS DE CRÉDITO BANCÁRIO

17.1 O aval	334
17.1.1 Avalista de título cambial e obrigações do contrato	334
17.1.2 Aval nos contratos de crédito industrial e rural	336
17.1.3 Avalista e exceções pessoais do avalizado	338
17.2 Fiança	343
17.3 Caução de títulos de crédito	346

18. ENCARGOS NOS CONTRATOS DE CRÉDITO BANCÁRIO

18.1 Correção monetária e comissão de permanência	348
18.2 Juros no crédito bancário	352
18.3 Capitalização de juros e correção monetária	364

18.4	Multa e honorários advocatícios no crédito bancário	372
18.5	Agiotagem ou usura nos contratos.....	373
19.	A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA NOS CONTRATOS DE CRÉDITO BANCÁRIO	
19.1	Espécies de financiamento com alienação fiduciária em garantia	378
19.2	Financiamento com alienação fiduciária de bens já integrados no patrimônio do alienante	379
19.3	Sociedades habilitadas a conceder financiamento com alienação fiduciária em garantia	385
	BIBLIOGRAFIA	389